

Retirado pelo  
autor  
Gabriel S. Bizaco  
Auxiliar Legislativo I  
Matrícula 6290



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	
Nº	262/25
Rec.	30.09.25

**PROJETO DE LEI Nº 103/2025**

**INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL  
DE PREVENÇÃO AO GREENING  
(HUANGLONGBING - HLB) – PMPG.**

**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal de Prevenção ao *Greening* (*Huanglongbing* - HLB) - PMPG, que será executado de forma complementar ao Programa Nacional de Prevenção e Controle à doença denominada *Huanglongbing* (HLB) - PNCHLB e ao Plano Estadual de Exclusão e Contingência ao *HLB-Greening* no Rio Grande do Sul.

**Art. 2º** Para efeitos desta Lei, as espécies constantes no presente programa, que são citadas por seus nomes populares, são delimitadas da seguinte forma:

I - citros: todos os espécimes de espécies pertencentes aos gêneros *Citrus* (*Citrus* spp.), *Fortunella* (*Fortunella* spp.) e *Poncirus* (*Poncirus* spp.);

II - murta: todos os espécimes da espécie *Murraya paniculata*.

**Parágrafo único.** Os espécimes pertencentes à espécie *Blepharocalyx salicifolius* (uma espécie nativa do Rio Grande do Sul, pertencente à família *Myrtaceae* e popularmente conhecida como murta) não são objeto do presente programa.

**Art. 3º** O Programa Municipal de Prevenção ao *Greening* é composto pelo seguinte conjunto de instrumentos:

I - plano de comunicação, informação e educação fitossanitária;

II - ações de capacitação técnica de servidores públicos, agricultores e profissionais de áreas correlatas;

III - ações de orientação técnica aos agricultores nas atividades de prevenção ao *Greening*;

IV - ações na zona rural com a disponibilização de servidores da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural para auxiliar na identificação de plantas sintomáticas e no monitoramento do inseto vetor *Diaphorina citri*;

V - proibição do plantio de mudas de citros e murta nos passeios públicos, praças, parques, áreas verdes e demais terrenos administrados pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí;

VI - mapeamento com o georreferenciamento de plantas de citros e murta na zona urbana do Município de São Sebastião do Caí;

VII - mapeamento com o georreferenciamento de pomares de citros abandonados na zona rural do Município de São Sebastião do Caí;

VIII - supressão (sempre que possível incluindo a erradicação com destocamento) das árvores ou arbustos de citros e murta existentes nos passeios





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

públicos, praças, parques, áreas verdes e demais terrenos administrados pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí;

IX - supressão (sempre que possível incluindo a erradicação com destocamento) das árvores ou arbustos de citros e murta existentes em pomares localizados em áreas particulares na zona urbana quando solicitado pelo proprietário do imóvel à Prefeitura de São Sebastião do Caí.

**Art. 4º** A Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí deverá elaborar um plano de comunicação, informação e educação fitossanitária no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da publicação da presente Lei, devendo conter no mínimo os seguintes itens:

I - contato com a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal (DDSV) da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI) para a solicitação de materiais informativos, treinamentos e orientação técnica;

II - disponibilização de servidores públicos para capacitação técnica e atuação nas ações de orientação técnica aos agricultores e auxílio no monitoramento de hospedeiros sintomáticos e do inseto vetor do *Greening*;

III - campanha de comunicação com disponibilização de material informativo sobre a prevenção e combate ao *Greening*;

IV - instalação de placas nas entradas deste município citrícola, comunicando sobre o controle e ou proibição da venda ambulante de mudas cítricas.

**Art. 5º** Fica proibido, na zona urbana, o plantio de mudas de citros e de murta em passeios públicos, praças, parques, áreas verdes e demais terrenos administrados pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí.

**Parágrafo único.** A proibição no *caput* do artigo não se aplica às propriedades particulares localizadas na zona urbana, às quais serão priorizadas as ações de informação e educação sanitária.

**Art. 6º** Na zona urbana do Município de São Sebastião do Caí, deverão ser suprimidos todos os espécimes de citros e murta existentes nos passeios públicos, praças, parques, áreas verdes e demais terrenos administrados pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí.

§1º Quando as condições do entorno da árvore suprimida permitirem, deverá ser realizada a erradicação com destocamento para evitar brotações.

§2º A obrigatoriedade de supressão prevista no *caput* do artigo não se aplica às propriedades particulares localizadas na zona urbana, às quais serão priorizadas as ações de informação e educação fitossanitária.

**Art. 7º** Como medida de controle fitossanitário fica autorizada a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí a executar a supressão de espécimes de citros ou murta em áreas particulares localizadas na zona urbana do Município quando solicitado pelo proprietário do imóvel.

**Parágrafo único.** Quando as condições do entorno da árvore suprimida permitirem, deverá ser realizada a erradicação com destocamento para evitar brotações.

**Art. 8º** A Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí elaborará um plano de erradicação, com a substituição por muda de espécie nativa quando possível, de todas





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

as árvores ou arbustos de citros e murta existentes na zona urbana em passeios públicos, praças, parques, áreas verdes e demais terrenos administrados pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí.

**§1º** A elaboração do plano de erradicação das árvores ou arbustos referidos no caput do artigo e o início de sua implementação deverão ocorrer no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação da presente Lei.

**§2º** A supressão das árvores ou arbustos referidos no *caput* do artigo não tem incidência de compensação ambiental por se tratar de espécies exóticas da Flora Brasileira e com importância no controle fitossanitário.

**§3º** Após a supressão e a erradicação (destocamento) das árvores ou arbustos referidos no *caput* do artigo, a Prefeitura de São Sebastião do Caí executará o plantio de árvores frutíferas ou ornamentais nativas no local, caso seja avaliada a adequação do espaço pela inexistência de conflitos com estruturas, equipamentos urbanos e circulação de pessoas e veículos.

**Art. 9º** A Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí deverá realizar o levantamento e mapeamento de árvores ou arbustos de citros e murta localizados na zona urbana do Município de São Sebastião do Caí.

**§1º** O levantamento e mapeamento das árvores ou arbustos existentes na zona urbana em passeios públicos, praças, parques, áreas verdes e demais terrenos administrados pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí servirá de base para o planejamento das ações de supressão ou erradicação previstas no artigo 6º da presente Lei.

**§2º** No levantamento será incluída a informação sobre o estado fitossanitário dos espécimes de citros para avaliar a presença ou ausência de sintomas de *Greening*.

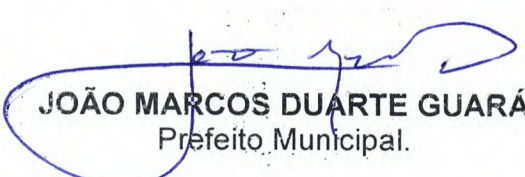
**§3º** Quando for constatada a presença de árvores ou arbustos de citros e murta em áreas privadas localizados na zona urbana do Município de São Sebastião do Caí, será realizado o registro da ocorrência e localização.

**§4º** Os locais que comercializam mudas de citros serão incluídos no mapeamento.

**§5º** Os pomares de citros abandonados na zona rural do Município de São Sebastião do Caí que forem de conhecimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural serão incluídos no mapeamento.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

  
**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**  
Prefeito Municipal.





**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:**

**Senhor Presidente,**

**Nobres Vereadores!**

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa Municipal de Prevenção ao *Greening* (*Huanglongbing* - HLB) – PMPG, que será executado de forma complementar ao Programa Nacional de Prevenção e Controle à doença denominada *Huanglongbing* (HLB) – PNCHLB e ao Plano Estadual de Exclusão e Contingência ao HLB-*Greening* no Rio Grande do Sul.

Como é de conhecimento dos nobres Edis, a citricultura é uma atividade econômica e social importantíssima para o Município de São Sebastião do Caí, que registra uma ampla cadeia produtiva que envolve agricultores familiares, viveiristas de mudas, beneficiadores, associações, cooperativas.

O *Greening* (*Huanglongbing*/HLB) é considerado, atualmente, a doença mais devastadora da citricultura mundial pela dificuldade de controle, rápida disseminação e alto potencial destrutivo dos pomares. O *Greening* causa um complexo de sintomas nos cultivos de citros, que resulta em diminuição da produtividade e da longevidade dos pomares, podendo ocasionar a inviabilidade da produtividade e o abandono da área de cultivo.

O *Greening* é uma doença causada por uma bactéria (*Candidatus Liberibacter spp.*) que é transmitida principalmente por um inseto, o *psílídeo* *Diaphorina citri*. Eventualmente, a doença é transmitida em borbulhas de plantas contaminadas com a bactéria no processo de enxertia de mudas. Como não existe tratamento para a doença, as principais recomendações são a erradicação das plantas infectadas, o controle das populações do inseto transmissor e outras formas de controle dos possíveis hospedeiros e vetores (que podem incluir folhas transportadas junto aos frutos com cabo/ramo, mudas de citros e murta infectadas pela bactéria).

No Estado de São Paulo, onde ocorreu o primeiro registro da doença no Brasil em 2004, estima-se que já foram erradicadas mais de 60 milhões de árvores



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

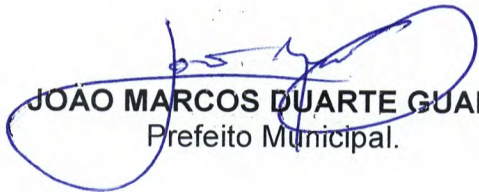
de citros. No entorno do Estado do Rio Grande do Sul já existem registros da doença no Uruguai, Argentina e Santa Catarina, razão pela qual se torna necessária a adoção de medidas de prevenção à sua entrada no território gaúcho.

A vigilância e a fiscalização fitossanitária competem à União e aos estados, que são responsáveis respectivamente pelo Programa Nacional de Prevenção e Controle à doença denominada *Huanglongbing* (HLB) – PNCHLB e o Plano de Contingência conforme preconiza a Portaria SDA/MAPA nº 317/2021.

Visando somar esforços para a prevenção à entrada, ao estabelecimento e à dispersão do *Greening* no território deste município, a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí pode atuar em ações complementares que não são exclusivamente de competência da União e estados, de forma articulada ao PNCHLB e o Plano de Contingência, sendo exatamente este o objetivo do presente Projeto de Lei.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei seja votado, nos termos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 30 dias do mês de setembro de 2025.

  
**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**  
Prefeito Municipal.





**- Parecer Jurídico -**

**Parecer n.º:** 50/2025.

**Ref.:** Projeto de Lei n.º 103/2025.

**Assunto:** Institui o Programa Municipal de Prevenção ao Greening (huanglongbing – HLB) – PMPG.

**Iniciativa:** Executivo Municipal.

**PROJETO DE LEI Nº 103/2025 – INICIATIVA DO EXECUTIVO  
– INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO  
GREENING ( HUANGLONGBING – HLB) – PMPG.**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se da análise do Projeto de Lei nº 103/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que visa instituir o Programa Municipal de Prevenção ao Greening (huanglongbing – HLB) – PMPG.

Segundo a justificativa encaminhada, o objetivo do Programa é a prevenção à entrada, ao estabelecimento e à dispersão do Greening (Huanglongbing) no território do Município, mediante a execução de ações complementares às de competência da União e dos Estados, de forma articulada ao Programa Nacional de Prevenção ao HLB (PNCHLB) e ao respectivo Plano de Contingência.

O Programa Municipal de Prevenção será composto pelo seguinte conjunto de instrumentos (art. 3º do Projeto):

I – plano de comunicação, informação e educação fitossanitária;

II – ações de capacitação técnica de servidores públicos, agricultores e profissionais de áreas correlatas;

III – ações de orientação técnica aos agricultores nas atividades de prevenção ao Greening;

IV – ações na zona rural com disponibilização de servidores municipais para identificação de plantas sintomáticas e monitoramento do inseto vetor *Diaphorina citri*;

V – proibição do plantio de mudas de citros e murta em logradouros e áreas públicas;

VI – mapeamento com georreferenciamento de plantas de citros e murta na zona urbana do



Município:

VII – mapeamento com georreferenciamento de pomares de citros abandonados na zona rural;

VIII – supressão (com possível erradicação e destocamento) de árvores e arbustos de citros e murta em áreas públicas municipais;

IX – supressão (com possível erradicação e destocamento) de árvores e arbustos de citros e murta em áreas particulares da zona urbana, quando solicitado pelo proprietário ao Município.

Instruem o pedido, no que interessa:

(i) Minuta do Projeto n.º 103/2025 e; (ii) Justificativa;

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

O presente parecer jurídico limita-se à análise legal e constitucional da matéria, conforme competência desta Assessoria. Sua natureza é meramente opinativa, sem caráter vinculante, cabendo exclusivamente aos Senhores Vereadores a deliberação sobre o mérito da proposição.

A iniciativa encontra amparo na Constituição Federal, especialmente no art. 30, incisos I e II:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

Verifica-se que a matéria possui pertinência com o interesse local, dado que a disseminação do Greening gera impactos sociais, econômicos, ambientais e de saúde pública no território municipal.

Ainda, a iniciativa é legítima, pois decorre do Executivo Municipal, conforme prevê a Lei Orgânica do Município, em seu art. 54, inciso III:

Art. 54. Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

III - iniciar o processo legislativo, nos casos e na forma previstos nas Constituições da





República e do Estado e nesta Lei Orgânica;

No entanto, cumpre registrar que a competência legislativa sobre o tema não é exclusiva do Município. A matéria também está inserida na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme o art. 24, inciso VI, da Constituição Federal:

Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
(...)

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Além disso, medidas de defesa fitossanitária vegetal estão previstas em legislação federal, notadamente na Lei n.º 8.171/1991 (Política Agrícola), que atribui ao Poder Público a responsabilidade de planejar, fiscalizar e controlar ações voltadas à sanidade vegetal e ao incremento da produção agrícola.

Dessa forma, ainda que a competência seja concorrente, é admissível que o Município, no exercício de sua autonomia, suplementa a legislação federal e estadual, editando **normas que tratem da prevenção e do controle local da doença**, desde que não contrariem a legislação superior.

Entretanto, observa-se que o Projeto de Lei não foi instruído com laudos técnicos, estudos ou informações específicas que demonstrem a efetiva ocorrência ou risco concreto da doença no Município de São Sebastião do Caí. Embora tal ausência não configure óbice jurídico à tramitação, fragiliza a demonstração do interesse local imediato, podendo gerar questionamentos quanto à real necessidade da medida.

### **III - DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica entende que o Projeto de Lei nº 103/2025 atende aos requisitos constitucionais e legais, inexistindo vícios formais que impeçam sua tramitação.

Assim, OPINA pelo regular prosseguimento do Projeto de Lei, ficando a matéria apta a ser submetida à apreciação e deliberação do Plenário da Câmara Municipal.





**CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

São Sebastião do Caí, 01 de outubro de 2025.

LISIANE DANIELA DE  
OLIVEIRA:01184659028

Assinado de forma digital por  
LISIANE DANIELA DE  
OLIVEIRA:01184659028  
Dados: 2025.10.01 11:01:48 -03'00'

**LISIANE DANIELA DE OLIVEIRA**  
**OAB/RS 118.431**  
**Assessora Jurídica**